



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

E.M.E.B. "JORNALISTA GRANDUQUE JOSÉ"

Rua Marechal Deodoro, 815 – Bairro Centro – Ribeirão Corrente - SP. CEP: 14445-000 - Fone: (16) 3749.1017

Ato de Criação: Lei Municipal Nº 986, de 20 de março de 2008

Email - granduquejose@educacao.sp.gov.br

ESTUDO EM CASA - DISTANCIAMENTO SOCIAL - COVID 19

ATIVIDADE DE HISTÓRIA – 7º ANOS A, B e C.

27ª SEMANA (30/08/2021 a 03/09/2021) – 3º Bimestre

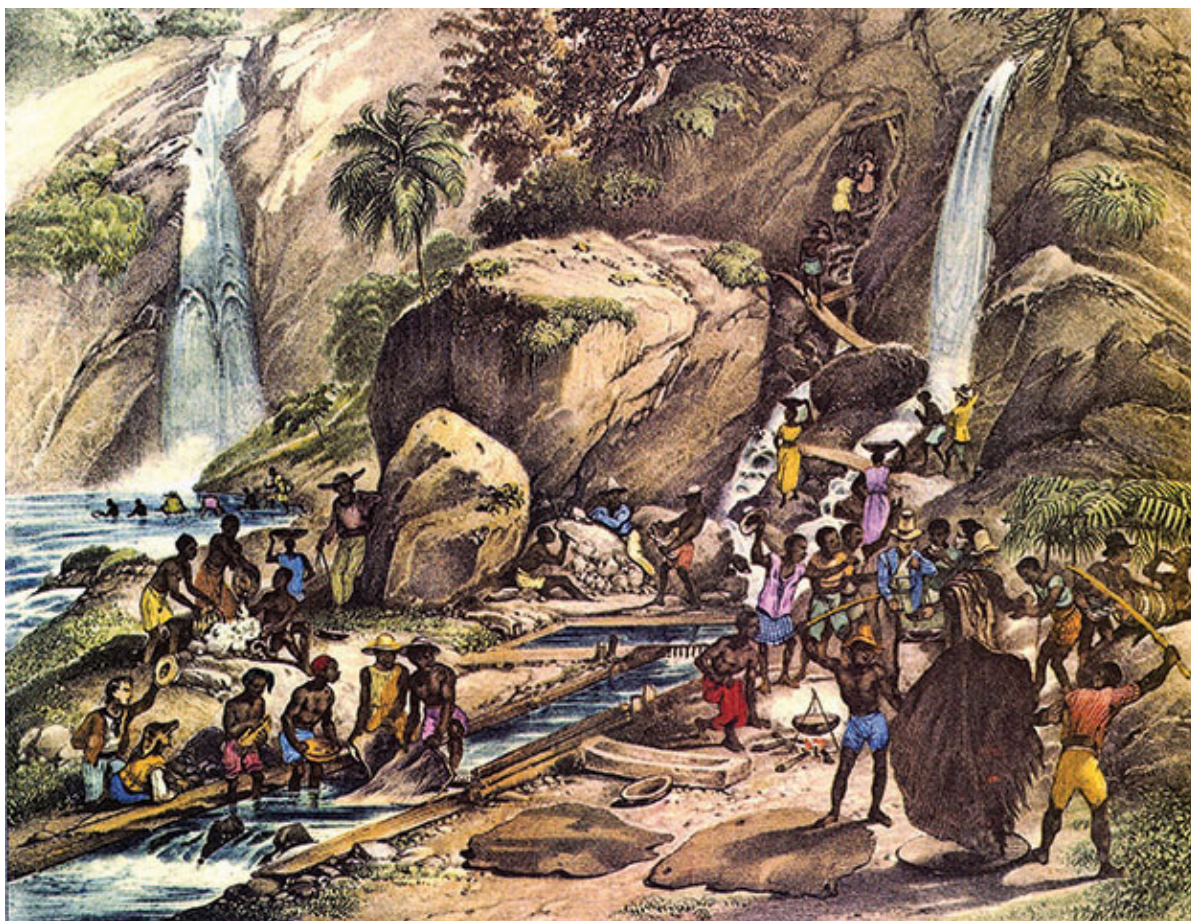
PROFº: Roger/ Elisângela

Nome: _____ Ano° _____

*LEIA O TEXTO COM ATENÇÃO E RESPONDA AS PERGUNTAS ABAIXO.

*** A ATIVIDADE DEVE SER DEVOLVIDA, VIA WHATSAPP, ATÉ O DIA 03/09/2021.**

SOCIEDADE MINERADORA



Lavagem de minério de ouro junto ao morro do Itacolomi, gravura de Johann Moritz Rugendas, 1820-1825. A descoberta de ouro provocou enorme interesse na população do Brasil e de Portugal. Muitas pessoas, principalmente homens, foram para a região das minas tentar a sorte. Poucos, contudo, conseguiram enriquecer; muitos passaram fome e outros até encontraram a morte. Coleção particular.

Os portugueses não encontraram pedras ou metais preciosos logo que chegaram à América. Mas nunca desistiram de procurar.

Durante quase dois séculos, os **bandeirantes paulistas** andaram pelos sertões do Brasil aprisionando indígenas para transformá-los em escravos e também vasculhando aqui e ali de modo a descobrir onde pudessem existir os tão desejados metais preciosos. Esses homens eram excelentes desbravadores e foram os responsáveis por estender os limites do Tratado de Tordesilhas, de 1494, aumentando o território do Brasil, de domínio português, sobre o território de domínio espanhol. Dessa forma, levaram o povoamento para o interior do Brasil.

Em uma dessas expedições, no final do século XVII, eles finalmente encontraram ouro em grande quantidade nas margens e na foz dos rios, na região que passou a ser conhecida como **Minas Gerais**. Esse ouro era chamado ouro de aluvião.

Enriquecer fácil era a aspiração principal de todos os que se dirigiram para a nova região do ouro a partir do início do século XVIII. Os paulistas, responsáveis pela descoberta, tentaram conseguir a exclusividade na exploração do ouro, com base no sistema jurídico denominado direito de conquista, segundo o qual a Coroa portuguesa concedia privilégios aos descobridores de riquezas minerais. Não conseguiram. A administração portuguesa sabia que os paulistas eram grandes conhecedores dos caminhos do sertão e que facilmente poderiam extraviar o ouro encontrado.

A tensão entre paulistas e emboabas resultou em uma guerra que ficou conhecida como **Guerra dos Emboabas** e durou de 1707 a 1709. Os **emboabas** - é termo de origem tupi, idioma nativo; significa “ave que possui penas até os pés”. Os “forasteiros” foram assim apelidados porque usavam botas, enquanto os bandeirantes paulistas andavam descalços. Para os paulistas, todos os que não fossem paulistas eram denominados emboabas - venceram e os paulistas foram expulsos da região das minas, embora tenham retornado depois. Foram autorizados a retornar porque eram necessários à economia da Coroa portuguesa: sabiam identificar locais onde havia ouro (depois o encontrariam onde hoje é o estado de Goiás).



Oscar Pereira da Silva, c. 1920. Óleo sobre tela, Museu Paulista da USP, São Paulo

Entrada para as minas, óleo sobre tela de Oscar Pereira da Silva, 1920.

A descoberta de ouro em sua colônia americana obrigou a Coroa portuguesa a tomar uma série de medidas na tentativa de controlar a extração do ouro e assegurar a sua parte. Uma delas foi a criação de um órgão chamado **Intendência das Minas**, que tinha como função

cobrar o **quinto real** – o imposto devido à Coroa que equivalia a um quinto, ou 20%, de todo ouro encontrado –, impedir que o ouro fosse desviado sem pagar o imposto e distribuir os lotes de **terras minerais**, chamados **datas**, aos que tivessem condições de explorá-las.

O sistema funcionava assim: toda descoberta de algum **veio aurífero** era comunicada às autoridades para que o intendente das minas demarcasse a área e repartisse as **datas**. O descobridor poderia escolher duas, o guarda-mor da Intendência escolhia a data do rei, e as demais eram distribuídas a quem as solicitasse – desde que possuísse escravos. Apenas proprietários de escravos, portanto, estavam autorizados a minerá-las. E o tamanho da data era determinado pelo número de escravos de cada recebedor: cada escravo equivalia a 5,5 metros de terreno; a um único recebedor, independentemente do seu número de escravos, não poderia ser concedido um terreno de mais do que 66 metros.

Inicialmente, a região das minas de ouro foi anexada à capitania de São Paulo, mas, no ano de 1720, elas foram separadas: a de São Paulo e a de Minas Gerais. Para a Coroa portuguesa, era importante que essa rica região fosse mais controlada do que as outras, de modo a evitar o descaminho do ouro. A criação de uma capitania específica para as Minas Gerais foi resultado de uma **revolta ocorrida em Vila Rica**, em 1720, na qual se enfrentaram os membros da elite local e os da administração portuguesa, representada pelo governador das Minas, dom Pedro de Almeida Portugal, o conde de Assumar, que assumiu em 1717. Ele retirou das câmaras municipais, cujos membros eram os mais ricos mineradores, o controle de arrecadação dos quintos reais e da cobrança dos impostos sobre as importações. Também enviou alguns deles para fora da capitania, argumentando que eles dificultavam seu governo, e os substituiu por pessoas próximas a ele.



Extração de diamantes em Serro Frio, Minas Gerais, com a utilização de mão de obra escrava. Aquarela de Carlos Julião, século XVIII. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Uma das formas de fiscalização que mais desagradaram aos mineradores foi a criação das **casas de fundição**. O ouro extraído em pó ou em pepita deveria ser levado para ser fundido em barras com o símbolo da Coroa e dele ser retirado o quinto real, ou seja, o imposto de 20%. Somente em barra, com as marcas de que havia sido quintado, podia ser comercializado para fora da capitania.

Essas e outras medidas centralizadoras por parte do governador contra a autonomia que existia antes foram o estopim para a revolta, que durou cerca de um mês. O governador reclamava que os oficiais não cumpriam com rigor as normas por ele decretadas, inclusive nos casos de punição aos que não obedeciam à lei. Os revoltosos queriam, em primeiro lugar, acabar com as casas de fundição e, para isso, pretendiam expulsar o governador de Minas Gerais.

A repressão foi eficiente, pois o governador contou com apoio de parte da elite local e de forças militares. Um dos líderes, Felipe dos Santos, foi capturado, enforcado e esquartejado. A revolta foi contida e o poder central ganhou alguns pontos, mas estava longe de conseguir organizar uma administração que evitasse o contrabando de ouro ou a influência pessoal contra os interesses de Portugal.

A cidade do Rio de Janeiro tornou-se o centro econômico mais importante do Brasil, porque seu porto foi o único a ter permissão de embarcar o ouro e os diamantes extraídos na colônia. Esse foi um dos motivos que levaram a administração portuguesa a **transferir a capital do Brasil da cidade de Salvador, na Bahia, para a do Rio de Janeiro, em 1763**.

Glossário:

Terra mineral: forma como, no século XVIII, as pessoas se referiam às porções de terra que tinham ouro.

Data: direito ou ação de dar, doar, conceder. Com o tempo, passou a significar simplesmente pedaço de terra com minérios.

Veio aurífero: nos rios e córregos, é a parte onde está o metal, o ouro.

ATIVIDADES

- 1 - Como era realizada a cobrança dos impostos destinados ao tesouro real no Brasil?
- 2 - Que formas de controle a administração portuguesa criou na região das minas de ouro?
- 3 - O que foi a Guerra dos Emboabas?
- 4 - Quais os motivos que desencadearam a Revolta de Vila Rica?
- 5 - Qual o significado do termo “emboabas”?
- 6 - Explique a relação dos bandeirantes paulistas com o Tratado de Tordesilhas (1494).